



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 766

00145

1. ETIQUETA

2. data 07.02.2017

3. proposição MEDIDA PROVISÓRIA nº 766, de 2017

4. autor DEPUTADO HUGO LEAL

5. n.º do prontuário 306

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

7. página	8. artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera as redações do caput e do § 2º do art. 1º, do caput do art. 2º, do caput e do inciso III do art. 10, suprime o art. 3º e acrescenta um parágrafo ao art. 13, da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

1 - O **caput** e o § 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Regularização Tributária - PRT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal, cuja implementação obedecerá ao disposto nesta Medida Provisória.

§ 2º A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de até cento e vinte dias, contado a partir da regulamentação estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou, quando for o caso, pelas autarquias, fundações públicas e pela Advocacia-Geral da União, e abrangerá os débitos indicados pelo contribuinte para compor o PRT.”

2 – O caput do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:



CD/17786.79446-71

“Art. 2º O sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades:”

3 – Fica suprimido o art. 3º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que trazia hipóteses específicas para o parcelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União:

“Art. 3º (Suprimido)”

4 - O **caput** e o inciso III do art. 10 da Medida Provisória nº 766, de 2017, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. Implicará exclusão do devedor do PRT e a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada:

.....

III - a constatação, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelas autarquias, fundações ou pela Procuradoria-Geral Federal, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;

.....”

5 - O art. 13 da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo:

“Art. 13.”

Parágrafo único. *As autarquias, fundações públicas e Procuradoria-Geral Federal editarão os atos necessários à execução dos procedimentos previstos no prazo de até trinta dias, contado da data de publicação desta Lei.”*

JUSTIFICAÇÃO

É de se louvar a iniciativa de instituir no Brasil, nesse momento de crise econômica e política, um Programa de Regularização Tributária. A despeito do nome atribuído ao Programa, deve-se destacar que o texto original da MP nº 766/2017 já prevê a possibilidade de quitação de débitos não tributários administrados pela Receita Federal do Brasil ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Contudo, para que o objetivo seja plenamente atingido, tanto no que se refere ao aumento da arrecadação tributária, como no equacionamento das dívidas dos contribuintes, deve ser permitida a inclusão no PRT dos débitos perante autarquias, fundações e Procuradoria-Geral Federal, inclusive com a utilização



dos valores acumulados a título de prejuízo fiscal/base negativa para sua quitação.

Com efeito, os particulares submetidos ao poder fiscalizatório e sancionatório de autarquias, por exemplo, estão entre aqueles que possuem o maior volume de litígios com a União Federal, sujeitando-se à cobrança de sanções pecuniárias de elevada monta, bem como de tributos titularizados por essas entidades. Portanto, considerando que o PRT tem o duplo objetivo de incrementar a arrecadação federal e de dar fôlego às empresas que possuam débitos com a União, não se pode permitir a exclusão do programa das dívidas com autarquias e fundações públicas federais, além daquelas cobradas pela PGF.

Para que se possa medir o impacto dessas dívidas, vale destacar o anexo V da Lei de Diretrizes Orçamentárias (“Riscos Fiscais”), o qual demonstra que apenas as demandas judiciais contra as Autarquias e Fundações (Procuradoria-Geral Federal – PGF) representam um risco de quase R\$ 200 bilhões no ano de 2017. Diante dessa situação, é fundamental incluir a possibilidade de constatação, pelas autarquias, fundações ou pela Procuradoria-Geral Federal, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial.

Assim, ante a necessidade de se possibilitar aos contribuintes a quitação de dívidas tributárias, bem como o necessário aumento de arrecadação dos cofres públicos, faz-se imperioso o aceite de presente sugestão de emenda, tal como formulada, a fim de que a União Federal possa atingir a meta de 10 (dez) bilhões de arrecadação com o PRT. A proposta de ser obrigatória a inclusão de todos os débitos exigíveis acabará por inviabilizar o programa e frustrar a expectativa de arrecadação da União Federal.

Por estas razões, fica justificada a presente proposição.

PARLAMENTAR

Deputado Federal HUGO LEAL
PSB/RJ

